

Preocupa o atraso da Constituinte

26 OUT 1987

por Andrew Greenlees
de Brasília

Novamente, a Constituinte está diante dos prazos. Pelo atual cronograma, a Comissão de Sistematização deveria concluir a análise e a votação dos 336 artigos do projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) até a próxima quarta-feira. A semana terminou com 21 aprovados.

A preocupação agora é encontrar mecanismos que agilizem o processo. O atraso não decorre da falta de empenho dos constituintes mas do excesso de pedidos de votação em separado dos mais variados itens (destaques). Entre as opções levantadas, estão um novo adiamento dos prazos da Sistematização, a redução forçada dos destaques ou o envio ao plenário — fase final dos trabalhos — do texto na forma que assumir até quarta-feira.

Entre os constituintes, cresce a preocupação com sinais de que existiria uma campanha contra a Constituinte, patrocinada por setores da sociedade descontentes com artigos aprovados até o momento e inquietos com as perspectivas. O líder do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, por

exemplo, fala em "guerra fria" dos empresários contra o texto dos direitos trabalhistas, "que não é nenhuma revolução".

O lento passo da Sistematização, segundo deputados e senadores, serve para alimentar os ataques à Constituinte. Na sexta-feira, um grupo de vinte parlamentares do PMDB reuniu-se em Brasília com o governador Orestes Quércia e solicitou o empenho dos governadores na defesa dos trabalhos de elaboração da nova Carta.

Mantido o atual cronograma, a semana começa com a votação do capítulo referente às atribuições de estados e municípios, passando depois à regulamentação dos servidores públicos civis e militares. Somente a seguir vem o tema considerado fundamental, o sistema de governo.

Na sexta-feira, a Comissão de Sistematização aprovou a chamada "classificação indicativa" para diversões públicas, como cinema e teatro. Caso o plenário da Constituinte confirme essa decisão, os órgãos federais apenas poderão "sugerir" idades mais adequadas para se assistir a espetáculos, mas não haverá proibição.

(Ver página 7)